A EMIGRAÇÃO DO NORTE DE PORTUGAL PARA O BRASIL: UMA PRIMEIRA ABORDAGEM (1918-1931)

DIOGO FERREIRA*

> Entende-se por migração qualquer deslocação individual ou colectiva de um ponto para outro [...] A migração implica...concreta ou miticamente a vida entre dois universos, aquele no qual se está inserido, mas também aquele que se deixou, definitivamente ou por um lapso de tempo calculado *grosso modo*; implica sofrimento e divisão"[1].

Introdução

A emigração portuguesa é um fenómeno que deixou a sua marca bem patente ao longo dos tempos. José Luís Garcia afirma mesmo que "a emigração é um dos aspectos singulares de uma hipótese de retrato de Portugal"[2], tendo a viagem para o Brasil ocupado lugar privilegiado nas opções dos portugueses.

Ainda que de uma forma sucinta, o presente trabalho tem como principal objectivo o estudo da emigração legal efectuada a partir do distrito do Porto para o Brasil, no período compreendido entre 1918 e 1931. A sua realização só foi possível, mediante o levantamento, o tratamento e a análise dos dados recolhidos nos *Livros de Registo de Passaportes* e nos *Processos de Passaportes* do Governo Civil do Porto, que integram o acervo documental do Arquivo Distrital do Porto e constituem as fontes essenciais para a minha investigação, tendo a emigração "no passaporte devidamente autenticado o seu instrumento de legalidade"[3].

A Emigração para o Brasil a partir do distrito do Porto (1918-1931)

De acordo com o *Boletim de Emigração*,

> a emigração é um fenómeno social, espontâneo, inerente à natureza humana e oriundo de diferentes factores, mais ou menos variados, conforme os tempos e os lugares. É quase sempre instintiva, e importa uma deslocação do solo natal ou mudança de residência temporária ou permanente para países muitas vezes desconhecidos, representa um esforço impulsivo na luta pela vida, com o fim de melhorar a situação económica e social dos indivíduos e das famílias, ou uma manifestação de espírito aventureiro daqueles que se expõem, de ânimo leve, às contingências fortuitas do acaso.[4]

O número de indivíduos que solicitaram passaporte, com destino ao Brasil, no Governo Civil do Porto entre 1918-1931 demonstra claramente que os índices de emigração para aquele país apresentam valores significativos, dando continuidade ao que vinha sucedendo principalmente desde o século XIX.

Número total de emigrantes saídos para o Brasil: titulares de passaporte e acompanhantes

No Gráfico 1 (escala logarítmica de base 5) constata-se que nestes 14 anos saíram a partir do Governo Civil do Porto 60.015 emigrantes, correspondendo cerca de 93% a indivíduos que requereram passaporte, os designados titulares de passaporte (55.798), e 7% àqueles que viajaram na condição de acompanhantes (4.217). Após o final da Primeira Guerra Mundial, os números da emigração dos titulares de passaporte aumentaram, atingindo desde logo em 1920 um dos valores mais elevados no período investigado.

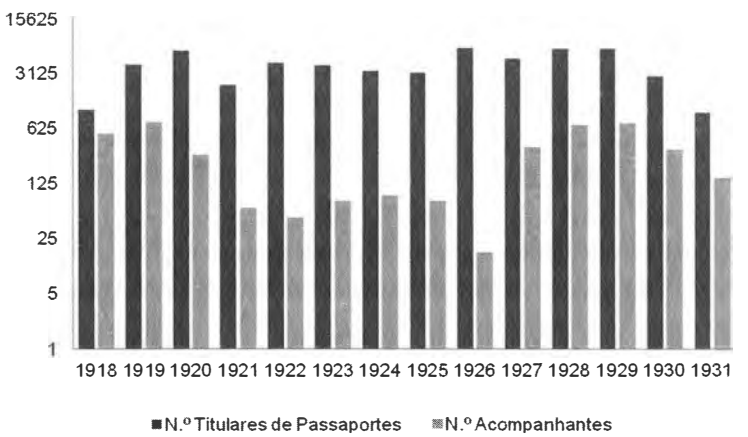
Posteriormente, o regime saído do golpe militar de 1926 não provocaria modificações relevantes no modo de vida de muitos portugueses, mantendo-se inalteráveis as péssimas condições por que passavam imensas famílias, tendo sido a ditadura "atravessada por uma sucessão de conspirações, golpes palacianos e mesmo tentativas revolucionárias"[1], e persistido, assim, em número assinalável a fuga do distrito do Porto para terras brasileiras.

Por sua vez, em 1930 e 1931 assiste-se a um decréscimo na saída de titulares de passaporte a partir daquele distrito devido fundamentalmente a dois factores: a crise económica de 1929 e suas repercussões e a legislação mais restritiva que ambos os países adoptaram.

Em relação aos acompanhantes, verifica-se que nos dois primeiros anos abordados ausentaram-se bastantes emigrantes nessa condição para o Brasil. A partir de 1920 regista-se um decréscimo dessas saídas, já que os passaportes tinham passado a ser individuais após o decreto n. 5.624, de 10 de Maio de 1919. Em 1927, o número de acompanhantes voltou a registar uma considerável subida, na sequência do elevado número de titulares de passaporte que também partiram nesse período e que levavam consigo os seus familiares, principalmente os seus filhos, tendo a relação directa entre titulares de passaporte e acompanhantes sido igualmente notada em 1930 e 1931, na medida em que a diminuição da saída de titulares representou igual situação para os acompanhantes.

Gráfico 01

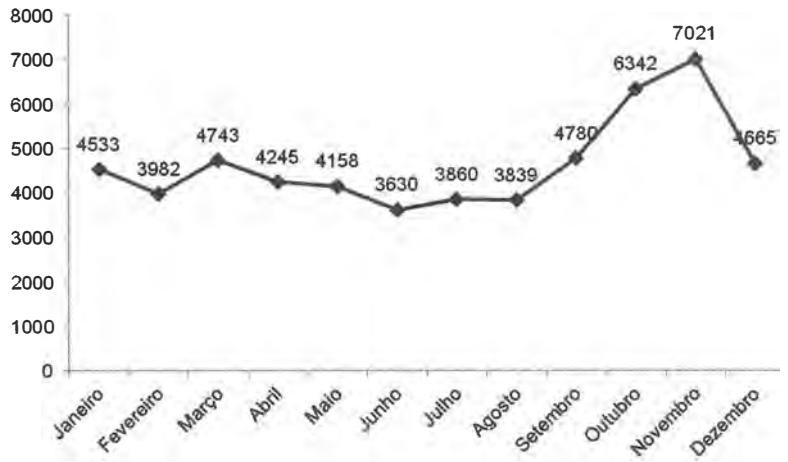
Número total de emigrantes saídos para o Brasil (1918-1931)



Periodicidade mensal dos pedidos de passaporte feitos pelos titulares de passaporte

Portugal era, essencialmente, um país agrícola. Observando o Gráfico 2, conclui-se que nos meses em que as condições climáticas começavam a não ser tão favoráveis aos trabalhos agrícolas, a opção de emigrar ganhava mais força, tendo servido de "válvula de escape às fortes tensões sociais no noroeste do país, diante das crises agrícolas"[6], destacando-se os meses de Setembro, Outubro e Novembro.

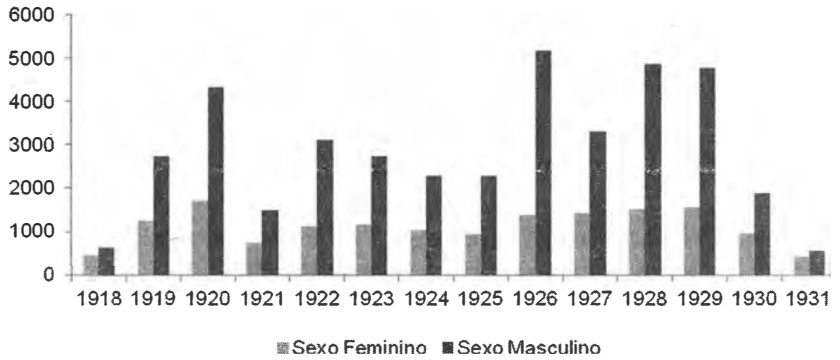
Gráfico 02
Periodicidade mensal dos pedidos de passaporte feitos pelos titulares de passaporte (1918-1931)



Distribuição dos emigrantes por género

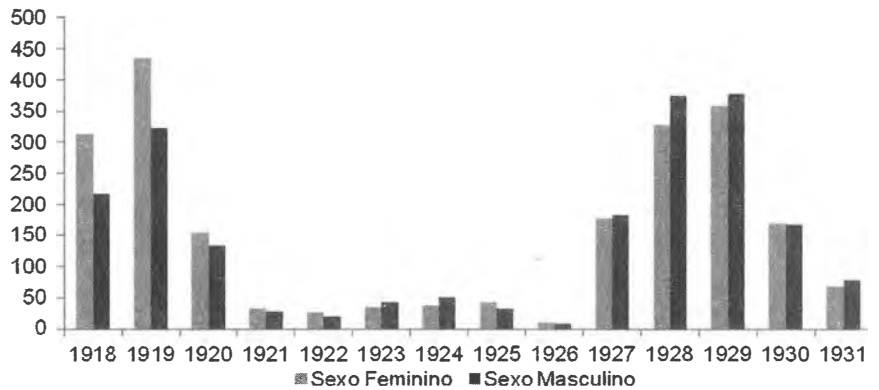
Relativamente à distribuição dos titulares de passaporte por género, a emigração saída do distrito do Porto para o Brasil é predominantemente masculina, com um total de 40.171 homens e 15.627 mulheres. O número de indivíduos do sexo masculino correspondia sempre, em cada ano, a um valor acima do dobro das mulheres, excepto nos anos de 1918 e 1931, em que o número de titulares do sexo masculino condizia apenas a um valor ligeiramente superior ao dos do sexo feminino. As consequentes carências sofridas pelas famílias portuguesas ao longo desses 14 anos levavam os homens a arriscar a sorte no outro lado do Atlântico, estando mais bem preparados para desempenhar trabalhos duros e exigentes.

Gráfico 03
Distribuição dos titulares de passaporte por género (1918-1931



Quanto aos acompanhantes, a sua tipologia por género inverteu-se comparativamente aos titulares de passaporte, com as mulheres (2.185) a superar ligeiramente os homens (2.032). Como veremos adiante, grande parte desses acompanhantes eram filhos/filhas dos titulares de passaporte, não havendo por isso qualquer condicionante que favorecesse mais a saída de uns do que outros. É provável que muitos filhos, com idade mais avançada (10-14 anos), tivessem ido trabalhar com os pais na agricultura ou em casas comerciais, enquanto as filhas partiam fundamentalmente para auxiliar as mães nas tarefas domésticas.

Gráfico 04
Distribuição dos acompanhantes dos titulares de passaporte por género (1918-1931)



No total detectou-se uma saída fortemente desproporcionada de emigrantes quanto ao sexo, com os homens a obter grande vantagem sobre as mulheres, com cerca de 70% contra 30%.

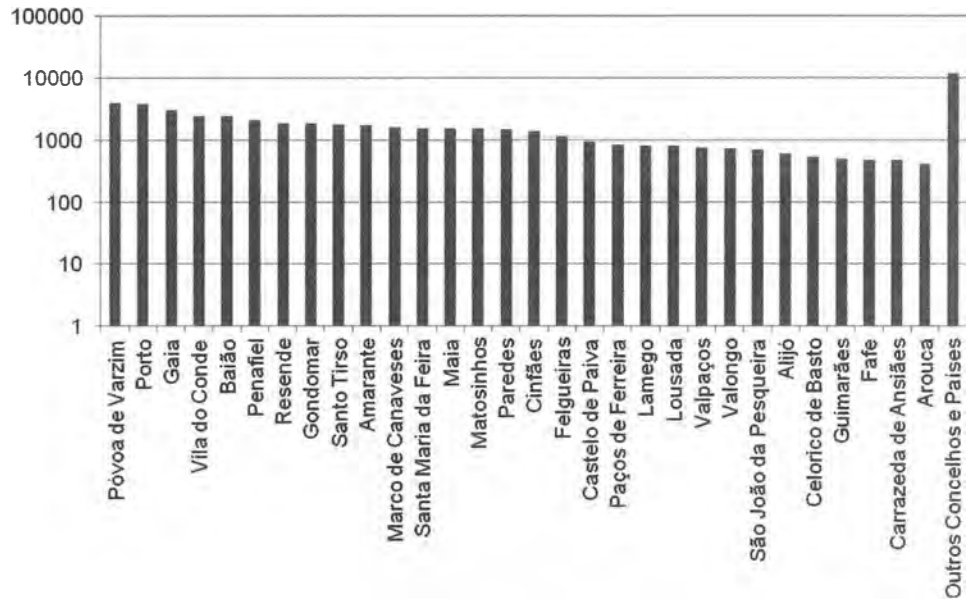
Distribuição dos titulares de passaporte por concelho de naturalidade

Do leque dos 267 concelhos de naturalidade declarados nas fontes documentais analisadas – no continente, ilhas e estrangeiro –, destacam-se apenas os 30 concelhos mais representativos da naturalidade dos impetrantes, de forma a permitir uma análise mais pertinente. Através do Gráfico n.º 5 (escala logarítmica de base 10) é possível concluir que, nesses 30 concelhos, estavam unicamente incluídos emigrantes provenientes do norte de Portugal (78,24%).

Porém, ao decompor o grupo "Outros Concelhos e Países", verifica-se que também estavam agrupados nessa categoria outros concelhos pertencentes àquela zona do país (21,76%). Como tal, a totalidade dos titulares de passaporte naturais do norte de Portugal correspondia a 97,32%. Em termos geográficos, a importância desta região resultava do maior número de emigrantes dali saídos para o Brasil em comparação com os valores nacionais de outras localidades, confirmando o que Joel Serrão afirmava acerca do assunto: "emigra-se do Norte de Portugal por falta de paralelismo entre o crescimento da população, em especial da população trabalhadora, e o desenvolvimento da riqueza"[7].

Gráfico 05

Distribuição dos titulares de passaporte por concelho de naturalidade (1918-1931)



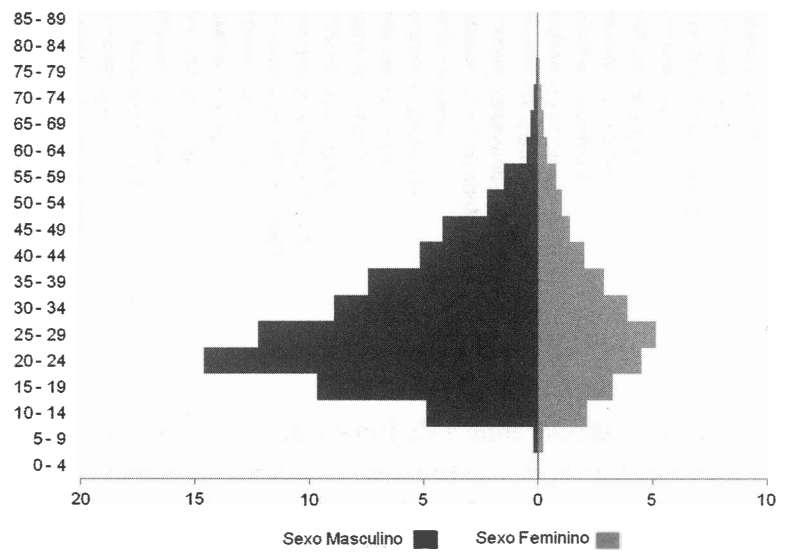
A título de curiosidade, entre 1 de Janeiro de 1918 e 15 de Dezembro de 1919 não aparecia qualquer indicação da residência do emigrante nas fontes documentais consultadas, começando somente a partir de 16 de Dezembro de 1919 a surgir tal informação. Num total de 51.068 registos de residência, 50.930 dos titulares de passaporte residiam em concelhos pertencentes ao distrito do Porto, enquanto 138 moravam noutros concelhos

que não faziam parte daquele distrito, ainda que, muito provavelmente, esta pequena parcela de titulares de passaporte acabasse também por residir no distrito do Porto, tendo havido porventura um engano na colocação dessa informação por parte do escrivão. Isto porque o artigo 4.º do decreto n. 5.624, de 10 de Maio de 1919[8], reafirmava que só os governos civis da naturalidade ou residência do requerente podiam conceder passaporte àqueles que desejassem emigrar.

Distribuição dos emigrantes por grupos etários

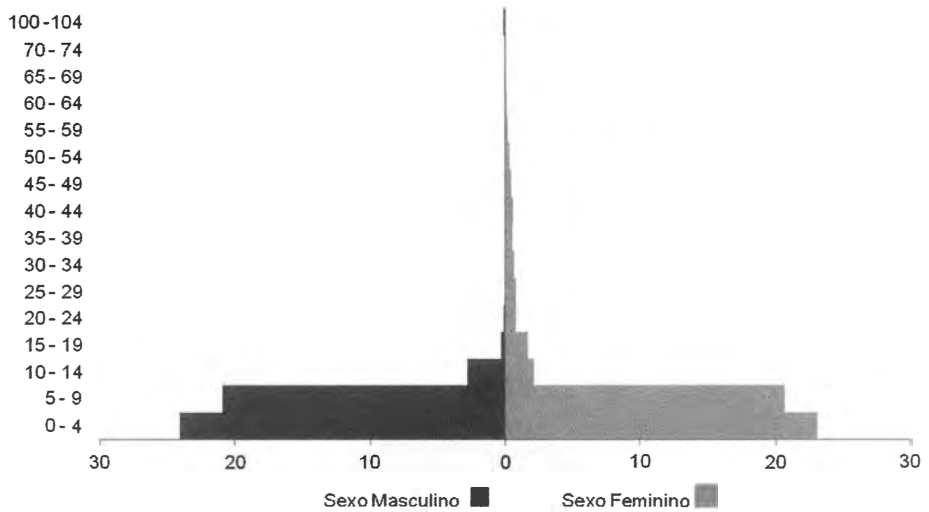
No que respeita à distribuição dos titulares de passaporte por grupos etários, a emigração a partir do distrito do Porto para o Brasil, tal como a emigração portuguesa em geral, continuava a ser feita predominantemente por indivíduos jovens do sexo masculino. Nesse caso, a maior percentagem de emigração resultava do êxodo de homens jovens e adultos, mais especificamente entre os 20 e os 29 anos de idade, que saíram do país impelidos, particularmente, por motivos profissionais e económicos. Conclui-se que 72,85% dos emigrantes masculinos estavam englobados nos grupos etários entre os 20 e os 49 anos, ou seja, em grupos etários produtivos, avaliando-se aí a quebra verificada na mão-de-obra e o empobrecimento não só da massa populacional, mas também produtiva da região de origem desta emigração. Destaque ainda para a fraca representatividade, devido a factores legais, dos menores de 10 anos e maiores de 60 anos de ambos os sexos.

Gráfico 06
Distribuição dos titulares de passaporte por grupos etários (1918-1931)



Quanto à distribuição dos acompanhantes por grupos etários, assiste-se a uma manifesta superioridade de crianças e adolescentes, de ambos os sexos, o que reforçava a ideia dos filhos viajarem quase sempre como acompanhantes aditados nos passaportes de seus pais ou outros familiares (tios, avós). O decreto de 10 de Maio de 1919 assumiu um papel decisivo nesse sentido, na medida em que proibia a emigração aos menores de 14 anos que pretendessem viajar desacompanhados dos pais, tutores ou pessoas respeitáveis a quem aqueles os entregassem. No caso em questão, a percentagem de menores de 14 anos era maioritária, correspondendo a 93,72% do total dos acompanhantes.

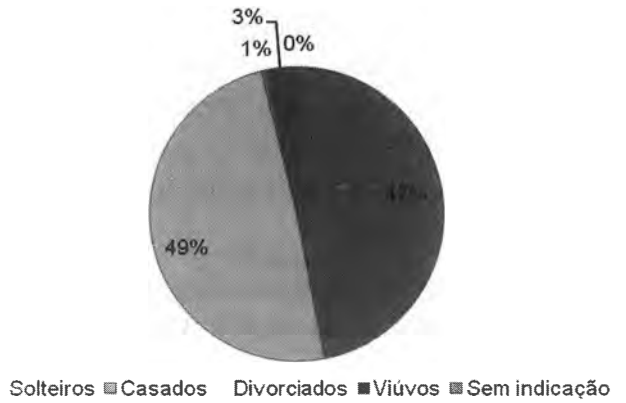
Gráfico 07
Distribuição dos acompanhantes dos titulares de passaporte por grupos etários (1918-1931)



Distribuição dos emigrantes por estado civil

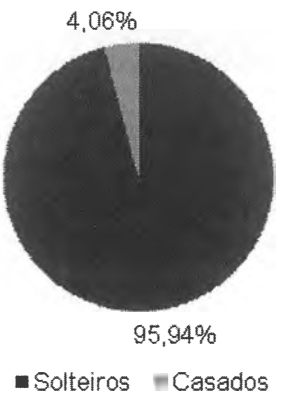
O comportamento dos indivíduos na migração é influenciado por diversos factores, sendo um deles o seu estado civil, que pode actuar como elemento permissivo ou constrangedor da sua mobilidade. Mediante o levantamento das fontes documentais, havia uma ligeira ascendência dos titulares de passaporte casados (27.403) sobre os solteiros (26.237), com os viúvos (1911) e os divorciados (245) a apresentarem valores residuais. Ou seja, desses resultados depreendia-se a extrema necessidade de abandonar o país, não contando de todo a questão do estado civil como factor impeditivo para emigrar. De facto, "só a constelação de dificuldades que caracterizavam a vivência quotidiana dos que partiam poderá explicar a força física e a determinação moral dos que o fizeram, obrigados a deixar o país [...] como única saída possível para uma melhoria de vida ou, mesmo, para a realização de um desejado sucesso"[9].

Gráfico 08
Distribuição dos titulares de passaporte por estado civil (1918-1931)



Quanto aos acompanhantes, estes eram na sua maioria solteiros (4.046), em virtude da acentuada predominância de crianças e adolescentes, enquanto meramente 171 acompanhantes eram casados, todos eles mulheres que partiram nessa condição até ser obrigatória a apresentação de passaporte individual.

Gráfico 09
Distribuição dos acompanhantes dos titulares de passaporte por estado civil (1918-1931)

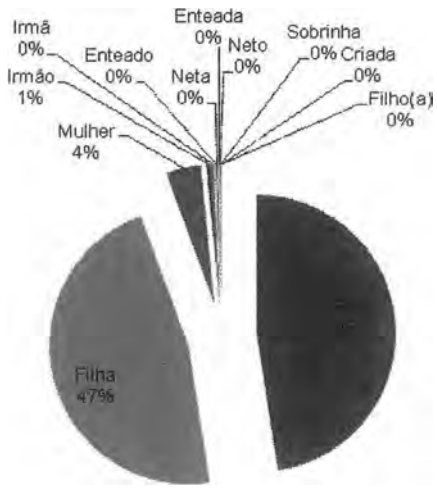


Por sua vez, na contagem total de emigrantes já se detectou uma predominância dos emigrantes solteiros, ainda que pouco significativa, com 30.283 casos contra os 27.574 de emigrantes que partiram casados.

Distribuição dos acompanhantes dos titulares de passaporte por grau de parentesco

Analisando o gráfico a seguir, conclui-se que grande parte dos acompanhantes era filho/filha dos titulares de passaporte (94,4%), indo ao encontro do que já tinha sido exposto no Gráfico 7, com a percentagem de menores de 14 anos a ser maioritária. Até o momento em que foi possível as mulheres casadas partirem como acompanhantes, registam-se 171 mulheres de titulares de passaporte. Por último, cerca de 1,54% estavam repartidos entre netos, netas, sobrinhos, sobrinhas, enteados, enteadas, irmãos e irmãs de titulares de passaporte, não alcançando por isso grande expressão.

Gráfico 10
Distribuição dos acompanhantes dos titulares de passaporte por grau de parentesco (1918-1931)



Distribuição dos titulares de passaporte por profissão/sector de actividade

Em primeiro lugar, optou-se por reduzir as designações socioprofissionais dos titulares de passaporte às 30 mais representativas (Gráfico 11, com escala logarítmica de base 10), pois ao todo apareceu um elenco muito extenso de denominações (354).

A designação com maior representatividade era a de doméstica, com um total de 10.962 (19,65%). Isto permite concluir que, das 15.627 mulheres que partiram neste período como titulares de passaporte, 70,15% são domésticas, ou seja, a ideia de que iam para o Brasil tratar da vida dos seus maridos ou de outros familiares e assegurar a manutenção dos lares estava correcta, bem como retratava o facto das mulheres ainda não se dedicarem em grande número a qualquer profissão.

Outra questão interessante tem a ver com os trabalhadores indiferenciados. Nas fontes consultadas surgia simplesmente a indicação "trabalhador", não se sabendo ao certo

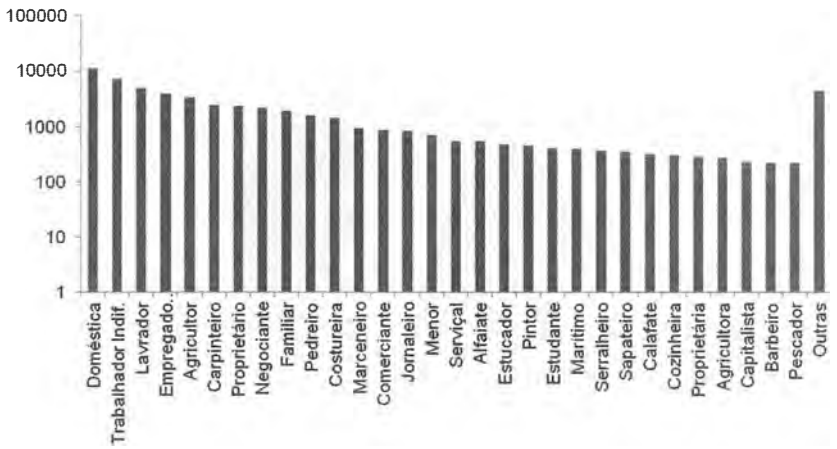
se correspondiam a trabalhadores ligados ao sector agrícola ou se estavam mais preparados para as actividades urbanas (comerciais, bancárias etc.).

Em princípio, grande parte deles, como eram naturais de concelhos localizados mais no interior, "envolventes de maior ruralidade"[10], e não tanto nos grandes centros urbanos (cidade do Porto), seriam assim emigrantes que estavam possivelmente vinculados aos trabalhos agrícolas. A própria imprensa da época confirmava tal realidade: "na sua maioria são trabalhadores do campo, a quem a sedução terrível do Brasil não lhes deixa ver o desatino no trágico da aventura – deixando ficar os campos sem amanho, numa suprema desolação"[11]. Passava-se a mesma situação em relação aos proprietários.

Independentemente de todas as actividades, o mais importante a reter é que existia uma grande variedade de profissões. Para confirmar precisamente essa diversidade, Nuno Simões refere que os portugueses no Brasil se ocupavam "em todos os ramos da actividade"[12].

Gráfico 11

Distribuição dos titulares de passaporte por profissão (1918-1931)



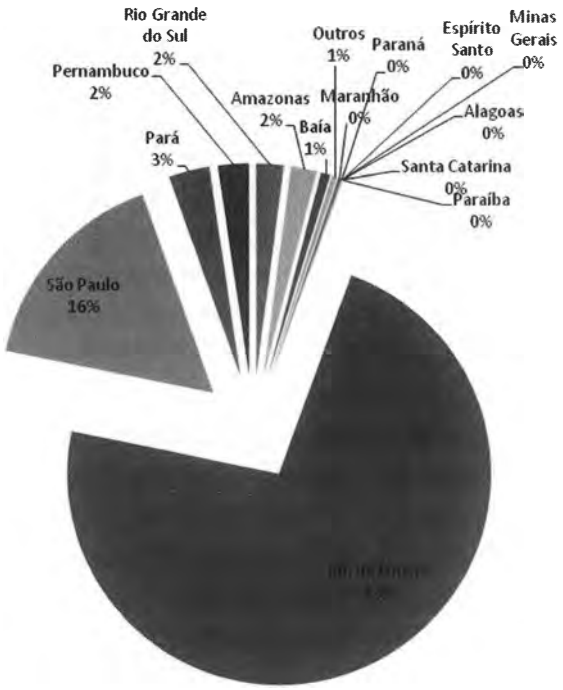
Distribuição dos titulares de passaporte por destino no Brasil (Estados)

Desde logo, o porto de chegada privilegiado foi o Rio de Janeiro, tendo este Estado acolhido 72,64% da população emigrante registada pelo distrito do Porto com destino ao Brasil, logo seguido do Estado de São Paulo, com 16,36%. Esses foram principalmente os dois portos de entrada naquele país. Contudo, os valores apresentados nem sempre se assumiam como os caminhos reais, pois estes emigrantes tanto podiam acabar por se fixar nessas cidades portuárias, como podiam decidir deslocar-se para outras regiões à procura de uma oportunidade de trabalho, pelo que estes dados retratavam somente "a porta de entrada" daqueles no Brasil.

Independentemente do destino final do emigrante, neste estudo interessa apenas revelar o local onde aportavam e, nesse sentido, cerca de 89% dos titulares de passaporte

tinham como destino o Rio de Janeiro e São Paulo, sendo nestas duas cidades que a maioria dos emigrantes se instalava, visto que encontrariam ali presumivelmente um mercado de trabalho mais diversificado.

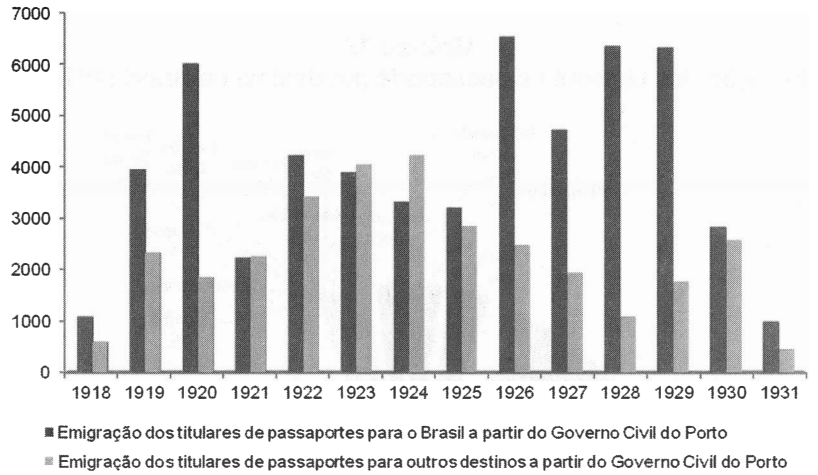
Gráfico 12
Distribuição dos titulares de passaporte por destino no Brasil (1918-1931)



Resultados totais dos efectivos emigratórios saídos pelo Distrito do Porto Relação Brasil/Outros Destinos

A emigração para o Brasil era considerada a corrente mais antiga da emigração transoceânica, predominando ainda essa predilecção entre 1918-1931, período em que a emigração a partir do distrito do Porto para aquele país superava a que se fazia em direcção a outros destinos, com excepção de 1921, 1923 e 1924. Nesses 14 anos, a maioria dos titulares de passaporte saiu para o Brasil (63,67%) e para o continente europeu (32,63%).

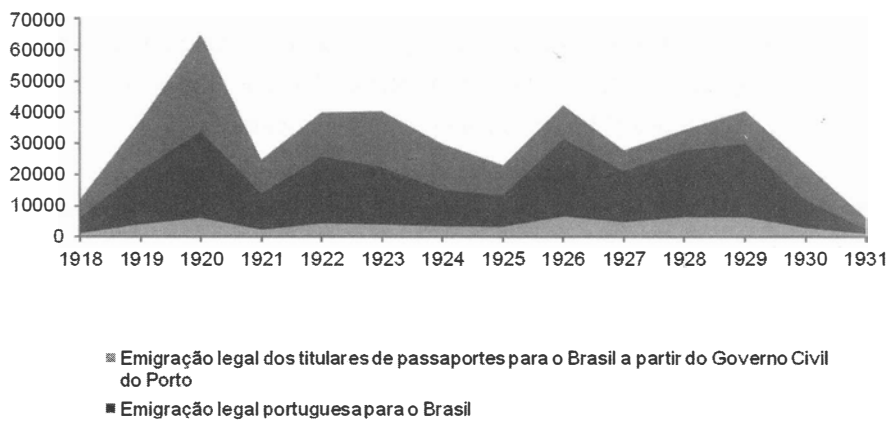
Gráfico 13
Resultados totais dos titulares de passaporte saídos pelo Distrito do Porto Relação Brasil/Outros Destinos (1918-1931)



Emigração legal dos titulares de passaporte para o Brasil a partir do Governo Civil do Porto/Emigração legal portuguesa para o Brasil

Relativamente a essa questão, destaca-se a importante percentagem de emigrantes saídos a partir do distrito do Porto comparativamente aos totais nacionais por ano (situava-se entre os 16% e os 24%), podendo verificar-se também a proximidade entre a emigração legal portuguesa para o Brasil e a emigração legal portuguesa no geral, indicativo de que aquele destino era muito procurado pelos portugueses.

Gráfico 14
Emigração legal dos titulares de passaporte para o Brasil a partir do Governo Civil do Porto/ Emigração legal portuguesa para o Brasil (1918-1931)



Taxa Bruta de Emigração dos titulares de passaporte saídos para o Brasil a partir do Governo Civil do Porto

Mediante o cálculo dessa taxa é possível compreender o impacto demográfico causado pela saída de pessoas de um país, procurando, nesse caso, estabelecer-se uma relação entre aqueles que residiam no Porto e emigravam e aqueles que permaneciam naquele distrito constituindo a sua população. Carlos Almeida e António Barreto defendem que "a análise dos números absolutos" não é suficiente para entender esse impacto, pois se os tivéssemos isoladamente em consideração, perderia-se de vista "o que a emigração representa na realidade regional"[13].

Assim, entre 1918-1931, houve um expressivo número absoluto de titulares de passaporte saídos a partir do distrito do Porto (55.798) que, no entanto, acabaria por não ter grande influência no crescimento populacional daquele distrito, não passando o coeficiente mais elevado de aproximadamente 9 emigrantes por cada 1.000 habitantes nos anos de 1920 e 1926. Ou seja, emigrou-se imenso a partir do distrito do Porto, mas o crescimento populacional ali registado acabou por minimizar os efeitos dessa emigração, "devido, essencialmente, aos valores ainda elevados da natalidade (...) [e à] redução da mortalidade, resultante da melhoria das condições de vida e higiene, originando um excedente natural da população"[14].

Tabela 01
Taxa Bruta de Emigração dos titulares de passaporte saídos para o Brasil a partir do Governo Civil do Porto (1918-1931)

Anos	Emigração legal dos titulares de passaporte para o Brasil a partir do Governo Civil do Porto*	Emigração dos residentes no Distrito do Porto*	População calculada no distrito do Porto***	Taxa Bruta de Emigração (‰) - Emig Dist. Porto (residentes)/ Pop. Calc. Dist. Porto	População no distrito do Porto******	Taxa Bruta de Emigração (‰) - Emig Dist. Porto (residentes)/ Pop. Dist. Porto
1918	1077	**1077	728360	1,48‰	699231	1,54‰
1919	3962	**3962	698597	5,67‰	696932	5,68‰
1920	6028	5909	****702166	8,42‰	****702166	8,42‰
1921	2227	2227	708751	3,14‰	711439	3,13‰
1922	4238	4236	711800	5,95‰	720407	5,88‰
1923	3901	3890	714849	5,44‰	727575	5,35‰
1924	3327	3325	717902	4,63‰	737703	4,51‰
1925	3211	3211	720947	4,45‰	747685	4,29‰
1926	6552	6552	*****723995	9,05‰	758207	8,64‰
1927	4739	4739	*****727039	6,52‰	766389	6,18‰
1928	6369	6367	730082	8,72‰	777827	8,19‰
1929	6344	6344	733119	8,65‰	788226	8,05‰
1930	2834	2834	****810253	3,50‰	****810253	3,50‰
1931	989	989	821061	1,20‰	820910	1,20‰
TOTAL	55798	50623	10248921	5,43‰	10464950	5,32‰

Fontes: *Livros de Registo de Passaportes e Processos de Passaportes; Anuário Demográfico; Anuário Estatístico de Portugal e Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal.*

* Valores recolhidos pelo autor nos *Livros de Registo de Passaportes* e *Processos de Passaportes*.

** Nos anos de 1918 e 1919 não aparecia nos *Livros de Registo de Passaportes* e nos *Processos de Passaportes* a indicação da residência do emigrante (somente a partir de 16 de Dezembro de 1919 é que surgiu essa informação). Porém, e atendendo à tendência verificada na análise dessa variável entre 1921 e 1931, seria possível concluir que todos residiriam provavelmente no Distrito do Porto. Por exemplo, no ano de 1920, o escrivão talvez se equivocasse ao registar o local de residência de um emigrante (por falta de hábito), colocando a sua naturalidade no campo da residência, daí aparecerem 119 que não residiam no Distrito do Porto, sucedendo o mesmo noutros anos adiante, ainda que com valores completamente irrisórios.

*** Informação recolhida em *Estatísticas do Movimento Fisiológico da População de Portugal*, somente até à queda da República. Com o novo regime saído do golpe militar de 1926, essa informação passou a integrar o *Anuário Demográfico*, da responsabilidade da Direcção Geral de Estatística. Segundo esclarecimento dado pelo Instituto Nacional de Estatística, foi precisamente a transição de regime que fez com que se perdessem tais *Estatísticas*, referentes a 1926, 1927 e 1928. Os valores utilizados para a elaboração da tabela constam da secção "População calculada", podendo, no entanto, verificar-se que não correspondiam efectivamente à realidade, claramente visível na passagem do ano de 1929 para 1930, em que os números estão completamente desfasados dos do Censo.

**** Os valores da população no distrito do Porto, em 1920 e 1930, baseiam-se nos Censos, disponibilizados por meio do *Anuário Demográfico*, sendo, assim, bastante rigorosos e ajustados à realidade.

***** Nos anos de 1926 e 1927 não foi possível representar quantitativamente a população calculada no distrito do Porto, face à perda de documentação oficial. Dessa forma, apresenta-se um cálculo médio para a população do Distrito do Porto, baseado nos valores estabelecidos em anos anteriores.

****** Ao contrário do que acontece na coluna da População calculada no distrito do Porto, e na tentativa de apresentar dados mais próximos da realidade – visível através da aproximação de valores entre 1929 e 1930 (ano do Censo) –, a coluna População no distrito do Porto exibe os valores calculados com base na diferença entre os nascimentos e os óbitos anuais registada naquele distrito. As fontes utilizadas para a sua elaboração foram as já mencionadas, com o acréscimo do *Anuário Estatístico* de 1926, 1927 e 1928, da responsabilidade do Ministério das Finanças.

Conclusão

Este trabalho procurou dar um contributo rigoroso e original para o conhecimento de uma parte relevante da emigração portuguesa no século XX com destino ao Brasil. Para o efeito, foi analisada a emigração saída pelo distrito do Porto no período compreendido entre 1918 e 1931, essencialmente numa vertente numérica, permitindo, ainda assim, concluir que a emigração do Norte de Portugal para o Brasil, no período consequente à Primeira Guerra Mundial, acompanhou as tendências do fenómeno migratório nacional: numa primeira fase, pautou-se por uma recuperação dos efectivos migratórios, logo seguido de uma

significativa redução, fruto da grave recessão económica provocada pela crise de 1929 e da adopção de restrições legais em ambos os países face aos movimentos migratórios.

Dadas as limitações de espaço inerentes a uma obra colectiva como aquela em que o presente estudo se insere, a obrigar a alguma síntese na apresentação e tratamento dos dados, deixo o seu desenvolvimento para a tese de doutoramento, a concluir no ano de 2010.

NOTAS

* Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – CEPESE.

[1] MIGRAÇÃO. 1986. *Enciclopédia Einaudi*, vol. 8. Porto: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, p. 488.

[2] GARCIA, José Luís (Org.). *Portugal Migrante, Emigrantes e Imigrados: Dois Estudos Introdutórios*. Oeiras, Edições Celta, 2000, p. 11.

[3] ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto, Gráficos Reunidos, 1994, p. 102.

[4] *BOLETIM de Emigração*, n. 2 e 3, ano I, Janeiro a Junho de 1920, Ministério do Interior, Comissariado Geral dos Serviços de Emigração. Lisboa: Imprensa Nacional, 1920, p. 35.

[5] CARNEIRO, Roberto; MATOS, Artur Teodoro de (Coords.). *Memória de Portugal. O milénio português*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p.502.

[6] LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo, HUCITEC, 2001, p.319.

[7] SERRÃO, Joel. *Testemunhos sobre a emigração portuguesa – antologia*. Lisboa, Livros Horizonte, 1976, p. 157.

[8] Ver PORTUGAL. Ministério do Interior. *Decreto-lei n. 5 624*, de 10 de Maio de 1919. *Diário do Governo,* I Série, n. 98, 6.º Suplemento, pp. 981-987.

[9] ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAEIRO, Domingos. *Portugal-Brasil: migrações e migrantes: 1850-1930*. Lisboa, Edições Inapa, 2000, p. 11.

[10] ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto, Gráficos Reunidos, 1994, p. 166.

[11] *JORNAL de Notícias*, 7 de Dezembro de 1926, 40.º ano, n. 288, título da notícia *Para o Brasil. Continua o êxodo.*
[12] SIMÕES, Nuno. *O Brasil e a emigração portuguesa. Notas para um estudo.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, p. 37.
[13] ALMEIDA, Carlos; BARRETO, António. *Capitalismo e emigração em Portugal.* 2.ed. Lisboa, Prelo, 1974, p. 225.
[14] ARROTEIA, Jorge Carvalho. *A população portuguesa: memória e contexto para a acção educativa.* Aveiro, Universidade de Aveiro, 2007, p. 42.